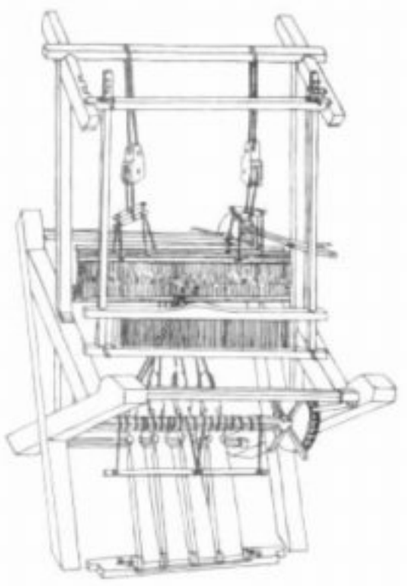
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Centro Nacional de Referência Cultural
Programa de Cidades Históricas

IPHAN 0

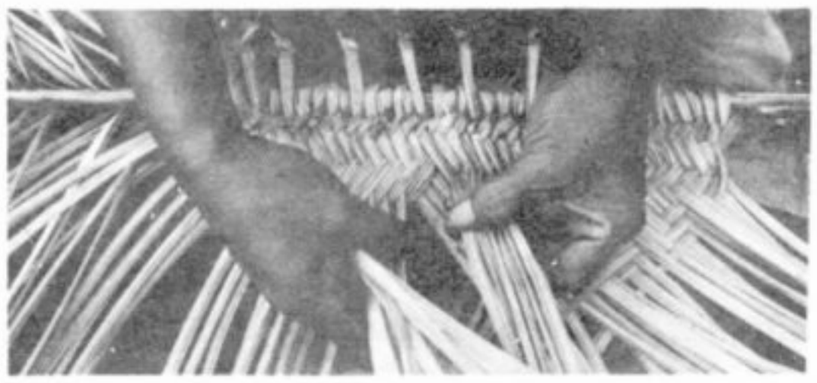
1979























Definir o que seja bem cultural implica por princípio numa antidefinição, dada a multiplicidade das manifestações que emergem das estruturas sociais formadoras da civilização brasileira.
Assim, chegaríamos a tantos conceitos de bem cultural quantas fossem as situações específicas geradoras de cultura. Cultura entendida aqui como o processo global que não separa as condições do meio ambiente daquelas do fazer do homem. Que não privilegia o produto — habitação, templo, artefato, dança, canto, palavra — em detrimento das condições do espaço ecológico em que tal produto se encontra densamente inserido.
Dessa forma, cultura e educação evidenciam também a sua indissolubilidade, uma vez que a formação erudita do profissional que projeta a casa, a escola, a igreja, a cidade, tem o seu equivalente na aprendizagem só aparentemente informal do artífice popular, que desde a infância absorve dos mestres locais a elaborada tecnologia ligada à atividade da agricultura, da pesca, e à produção de olaria, de trançado, de tecelagem.
Já em 1937 Mário de Andrade, autor do anteprojeto que deu origem ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, propunha a superação do "sofisma sentimental do ensino primário" e acrescentava: "Ele é imprescindível, mas são imprescindíveis igualmente os institutos culturais em que a pesquisa vá de

mãos dadas com a vulgarização, com a popularização da inteligência." Enfatizando que "defender o nosso patrimônio histórico e artístico é alfabetização", Mário insistia também num "maior entendimento mútuo", num "maior nivelamento geral da cultura que ... a torne mais acessível a todos, e em conseqüência lhe dê uma validade verdadeiramente funcional." Reivindicava ainda um movimento recíproco de maior conhecimento entre saber erudito e saber popular através de uma atividade que provocasse "o erguimento das partes que estão na sombra, pondo-as em condição de receber mais luz".

O pensamento de Rodrigo Mello Franco de Andrade encontrava-se em perfeita consonância com o de Mário. No "Programa" da revista do novo órgão, lançada em 1937, Rodrigo ressaltava: "O presente número desde logo se ressente de grandes falhas, versando quase todo sobre monumentos arquitetônicos, como se o patrimônio histórico e artístico nacional consistisse principalmente nestes. A verdade, entretanto, é que, tal como foi definido pelo decreto-lei de 30 de novembro, aquele patrimônio se constitui do 'conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por se acharem vinculados a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico'. Equiparam-se ainda a esses valores 'os monumentos naturais, bem como sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana'."

Era de esperar a ênfase conferida, na época, aos bens monumentais arquitetônicos. Fazia-se realmente necessária uma política de proteção, com caráter de emergência, diante da ameaça de total destruição a que se achavam expostos aqueles bens na década de 30. E o Serviço do Patrimônio teve o descortino de não só tomar consciência das prioridades de ação exigidas pelo momento como também de efetivamente atuar para atendê-las. A geração de Rodrigo e de Mário preservou para nós os monumentos expressivos do passado ainda existentes no território nacional, quando assumiu essa responsabilidade.

Contradiz também a auto-exigência e o rigoroso escrúpulo de Rodrigo, quanto às "grandes falhas" da primeira publicação, o fato de constarem dela, e das subseqüentes, ensaios sobre proteção à natureza, culturas indígenas, arquitetura popular, pesca, arqueologia.

Diante de uma sociedade em permanente e desigual transformação, num momento histórico diverso, é nossa tarefa procurar adequar os serviços deste Instituto às solicitações do nosso tempo. Inscrevem-se nessa preocupação os estudos atualmente em curso objetivando integrar ao IPHAN dois outros órgãos que nos últimos anos vêm ampliando nosso envolvimento com os bens culturais brasileiros: o Programa de Cidades Históricas e o Centro Nacional de Referência Cultural. A fusão desses esforços nos permitirá enfrentar o desafio de hoje com a esperança de acerto que nos compele a solicitar a participação de todos — do indivíduo à comunidade — para o diálogo contínuo e aberto, imprescindível e contemporâneo a qualquer ação que se faça sentir sobre um patrimônio cultural comum. Esta publicação é um primeiro passo nesse sentido. Terá cumprido a sua função quando as respostas e iniciativas que suscitar venham integrar-se a uma prática coletiva, elaborada continuamente, que entenda os bens culturais como expressão completa da qualidade de vida do homem.

Aloísio Magalhães
Diretor-Geral do IPHAN

Editado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Ministério da Educação e Cultura.
Rio de Janeiro: Rua da Imprensa, 16, 8º andar, Palácio da Cultura. Brasília: Setor Comercial Norte, Quadra 2, Bloco K. CxP 04-0150

Aos 43 anos, um novo caminho

Não se sabe exatamente quem definiu como "fase heróica" o período que encerra os primeiros 30 anos de atividades do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Se o autor é desconhecido, a definição, por sua vez, incorporou-se à história da instituição, refletindo as condições que caracterizaram o trabalho do IPHAN desde a sua criação, em 1936, até o início da década de 60.

De fato, a amplitude das idéias de Mário de Andrade e de Rodrigo Mello Franco de Andrade — principais mentores, à sua época, do que é bem cultural e como preservá-lo — exigiu um esforço heróico dos que, em um Brasil buscando a industrialização, optaram por dedicar seu talento à tarefa de identificar, documentar, proteger, classificar, restaurar e revitalizar bens do patrimônio cultural brasileiro.

Era natural que os intelectuais e técnicos reunidos no IPHAN por Rodrigo Mello Franco dedicassem sua atenção à preservação do que se convencionou chamar de "monumento isolado", tão grandes eram as dificuldades e tão urgente era o trabalho. Durante todo esse período o IPHAN trabalhou só, contando apenas com a dedicação e a persistência de seus funcionários.

A partir de meados da década de 60, no entanto, já preservados os principais monumentos e prédios históricos, viu-se o IPHAN frente a um novo e enorme desafio, caracterizado pelo crescimento econômico de diferentes regiões do País, sem que a necessidade de preservação cultural fosse devidamente levada em conta. Desta forma, a estagnação econômica de diversas regiões, que durante muitos anos foi a principal responsável pela manutenção intata de conjuntos históricos e paisagísticos de inestimável valor, viu-se, em curto espaço de tempo, frente a uma realidade nova, que se traduzia pela rápida e atabalhoada urbanização, pela abertura de novas estradas e pelo conseqüente crescimento da atividade turística.

Foi preciso, então, ampliar o envolvimento de outras áreas na tarefa de preservação e revitalização do patrimônio cultural. Assim, já em 1970, por iniciativa do Ministério da Educação e Cultura, realizou-se uma primeira reunião de Governadores de Estados e dirigentes de órgãos públicos, da qual resultou o "Compromisso de Brasília", documento definidor da estratégia a ser adotada, a partir de então, para enfrentar os desafios que se apresentavam ao IPHAN. Um ano depois, uma outra reunião resultaria no "Compromisso de Salvador", consolidador das proposições que visavam o comprometimento de outras áreas no trabalho do IPHAN.

Em 1973, o IPHAN ganharia um forte aliado: o Programa de Cidades Históricas. Dirigido inicialmente a nove Estados do Norte/Nordeste, quatro anos depois o Programa ampliaria a sua atuação até aos Estados da região Sudeste. Além de carrear à preservação do patrimônio cultural recursos nunca antes possibilitados — Cr$ 700 milhões, enquanto que o orçamento próprio do IPHAN nunca ultrapassou a Cr$ 15 milhões — o Programa proporcionalizou a responsabilidade da tarefa de preservação, ao exigir dos beneficiados a contrapartida de 20 por cento dos recursos previstos para qualquer obra.

Ao mesmo tempo, o IPHAN passou a cuidar da modernização da sua estrutura administrativa, a promover a realização de cursos de pós-graduação em restauração de bens móveis e imóveis e a buscar a institucionalização da interação com outros segmentos da administração pública e da área privada.

Assim, aos 43 anos de existência, o IPHAN prepara-se, com a participação do Centro Nacional de Referência Cultural e do Programa de Cidades Históricas, para dar continuidade à tarefa proposta à época de sua criação, quando seus criadores imaginaram-no como instituição capaz de cuidar da preservação e revitalização do bem cultural de maneira abrangente e ativa.

Restauração e uso social

O objetivo geral do Programa de Cidades Históricas é a preservação e revitalização do patrimônio cultural e dentro da idéia, largamente difundida, de que os monumentos devem ter um uso permanente e, sobretudo, ser integrados no contexto sócio-econômico da cidade em que se encontram.

Os programas de recuperação de Ouro Preto e Mariana, em Minas Gerais, o da área do Pelourinho, em Salvador, o do município de Parati, no Estado do Rio ou o de Olinda, em Pernambuco, são alguns dos 143 executados ou em execução atualmente em 12 estados do País. Esses programas visam não apenas restituir às comunidades os monumentos de sua história passada mas fazer com que a restauração integre o monumento à história viva, contemporânea.

Nesse sentido, o PCH ultrapassa o quadro arquitetônico propriamente dito, e a restauração de um bem cultural torna-se uma intervenção destinada a eliminar o obsoleto e permitir seu pleno uso social.

O Programa de Cidades Históricas existe desde 1973 mas foi a partir de 4 de março de 1977, data de uma portaria interministerial, que se enfatizou a nova filosofia do programa, considerando o patrimônio histórico como elemento participante da realidade sócio-econômica das comunidades envolvidas e criando novos mecanismos operacionais, de modo a permitir também operações descentralizadas nos Estados através de entidades culturais.

O Programa de Cidades Históricas tem sido aplicado depois de uma avaliação das funções históricas dos vários monumentos, pois muitos deles perderam sua antiga função e ganharam outra, nova, que às vezes torna difícil a sua conservação: os imponentes e nobres sobrados do Pelourinho, em Salvador, Bahia, por exemplo, ocupados atualmente por uma população totalmente marginalizada, social e economicamente; seus antigos moradores procuraram regiões mais longe do centro e mais próximas das praias.

Essa avaliação da mudança de função de um monumento, assim como o estudo das mudanças nas condições econômicas tornam possível a aplicação de uma política global para um determinado sítio histórico, compreendendo plano urbano, legislação e regulamentação específica de proteção e uso do solo, promoção de fontes de trabalho e serviços urbanos requeridos pela população residente, a fim de darlhe a sua devida finalidade sócio-cultural.

Pesquisa, reflexão e referência

O Centro Nacional de Referência Cultural – CNRC – foi criado em 1975, em decorrência de convênio firmado entre o Ministério da Indústria e do Comércio e o Governo do Distrito Federal. Um ano mais tarde e tendo em vista a necessidade de sua definitiva reestruturação, firmou-se novo termo com a inclusão de novos convenentes: Secretaria de Planejamento da Presidência da República, Ministérios da Educação e Cultura, Interior, Relações Exteriores, Caixa Econômica Federal, Fundação Universidade de Brasília e Fundação Cultural do Distrito Federal.

Em 1977, visando a extensão dos prazos estipulados no segundo convênio, firmou-se um Termo Aditivo que contou com a adesão do Banco do Brasil e do Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

O Centro Nacional de Referência Cultural procura traçar um sistema referencial básico para a descrição e análise da dinâmica cultural brasileira. Trabalhando no sentido de explicitar o vínculo entre o embasamento cultural do país e a prática das diferentes artes, ciências e tecnologias, o CNRC pretende chegar à percepção e ao estímulo, nessas áreas, de alternativas regionais adequadas.

Como conseqüência do trabalho desenvolvido até agora, já se definem quatro linhas de atuação do CNRC: *captação* de vertentes culturais presentes e relevantes no quadro sócio-cultural do Brasil; *memorização* do acervo dos dados captados, a ser utilizados como fonte de aprendizado, reflexão e referência; *referenciamento* adequado à metodologia descritiva e analítica adotada pelas pesquisas do CNRC e aos modos de documentação experimentados, visando a compreensão e o registro de fatos e processos; *devolução* dos trabalhos e reflexões ao público.

O CNRC desenvolve, atualmente, cerca de vinte projetos de pesquisa, buscando sempre evitar a adoção de métodos puramente teóricos ou apriorísticos e promovendo, ao mesmo tempo, um trabalho interdisciplinar. Tem-se, igualmente, envolvido em iniciativas de coordenação cultural, colaborando com organismos formais e informais, nacionais e internacionais.

Ao longo de quatro anos de existência, os trabalhos do CNRC abordaram manifestações ativas e reflexivas do objeto de seu interesse, que é o produto e a produção cultural do Brasil. Assim, foram e são estudados diversos tipos de produção artesanal e tecnológica: música folclórica e religiosa; a renovação da educação e da cultura brasileira entre 1922/45; a construção de Brasília; a cultura do Caju e outras manifestações que, como estes exemplos, situam-se ao nível do fazer ou do pensar a cultura brasileira.